

# ONDE SÃO APLICADOS OS RECURSOS DO PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO? EVIDÊNCIAS A PARTIR DO ESTUDO COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS)

Angélica Pott de Medeiros<sup>1</sup>  
Luis Carlos Zucatto<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi identificar se as aplicações de recursos do Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) em Palmeira das Missões se coadunam com as finalidades. Este programa baseia-se na Lei Federal nº 11.110, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, seguido pelo Decreto nº 48.164 do Governo do Rio Grande do Sul que instituiu o PGM, formando o ambiente regulatório para o fornecimento de microcrédito produtivo orientado, que fundamenta-se no relacionamento entre os agentes e os empreendedores. Para alcançar o objetivo foram coletados dados a partir de uma análise documental e entrevistas semiestruturadas com os tomadores do PGM. Os resultados mostram que o programa aloca recursos para investimento fixo, capital de giro, ou misto. Os recursos tomados eram destinados ao que havia sido declarado na solicitação do microcrédito, porém, não se identificaram orientações e acompanhamento ao empreendedor quanto ao uso dos recursos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de crédito. Microcrédito. Programa Gaúcho de Microcrédito. Empreendedorismo.

**Abstract:** The goal of this work was identify if the applications of the resources of the Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) in Palmeira das Missões are in line with the purposes. This program is based in the federal law number 11.110, of the Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, and by the decree number 48.164 of the state government of Rio Grande do Sul that established the PGM, creating a regulatory environment for the productive microcredit guided, that are grounded in the relationship of the agents and the entrepreneurs. To achieve the goal the data was collected from a document analysis and semi-structured interviews with the borrowers of the PGM. The outcomes show that the program allocates resources in fixed investment, working capital or combined. The resources taken were placed where was said it would in the microcredit request, but, weren't identified guidelines or attendance to the entrepreneur about the use of the resources.

**Key-words:** Public policy of credit. Microcredit. Microcredit Gauchos program. Entrepreneurship.

<sup>1</sup> Mestranda em Administração. PPGA/UFSM. E-mail: apm\_angelica@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Administração. PPGA/EA-UFRGS. E-mail: luiszucatto@gmail.com.

## 1 Introdução

A defasagem tecnológica de micro e pequenas empresas (MPEs), e a baixa qualidade dos postos de trabalho nessas empresas, são consequências da falta de capital, acarretando a utilização de equipamentos defasados, que tornam o custo de produção mais elevado, e forçam a contratação de mão de obra menos qualificada, reduzindo a qualidade dos produtos. (AZEVEDO, 2002).

Vale ressaltar, que devido à falta de capital, o acesso ao crédito é limitado, ou inexistente, pois, as MPEs muitas vezes não possuem garantias disponíveis para um empréstimo convencional, acarretando na procura por créditos informais, com taxas de juros mais elevadas. Esta realidade criou um ambiente propício ao surgimento de instituições de microfinanças, por volta de 1970, inicialmente na Ásia, depois na África, Europa, EUA e América Latina, com o objetivo de sanar a necessidade de capital, para as microempresas e as pessoas.

No Brasil, os programas federais voltados para as MPEs foram criados a partir de 1999, com a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e a Resolução das Sociedades de crédito ao microempreendedor, já em 2003 foi aprovada a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, na qual direcionava para operações de crédito à população de baixa renda e também aos microempreendedores os depósitos recolhidos pelas instituições financeiras, criando o acesso aos serviços microfinanceiros, também chamado de microcrédito. Entre os programas regulamentários do microcrédito vigentes atualmente, destaca-se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado em 2005 a fim de incentivar a geração de trabalho e renda, e por consequência o Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) o qual é um dos temas centrais do presente estudo.

No PNMPO o micro ou pequeno empresário é orientado por um agente na utilização do capital alocado por uma instituição financeira. A partir do surgimento de políticas públicas relacionadas ao microcrédito, buscou-se levantar como são aplicados, pelas empresas beneficiadas, os recursos obtidos através do PGM, de forma a verificar os objetivos do programa, também, qual o perfil dos tomadores, evidenciar as possíveis destinações dos recursos, a finalidade da procura por essa modalidade de crédito e, ainda, verificar a existência de práticas de orientação aos tomadores e acompanhamento após a concessão dos recursos.

Consideram-se relevantes estudos voltados ao microcrédito por se constituírem em possibilidades de se construir conhecimento voltado às MPEs, uma vez que na literatura nos Campos de Estudos em Administração predominam abordagens voltadas às grandes empresas. Além disto, identificou-se a limitação de pesquisas relacionadas ao tema em estudo, pois, apesar do avanço desta forma de concessão de crédito, ainda não se desenvolveram aportes de investigação significativos. Ademais, consideram-se válidos novos estudos para a ampliação do horizonte das microfinanças, e em particular do microcrédito.

Este artigo está dividido em cinco seções: após a introdução, apresenta-se a revisão da literatura sobre o tema, descreve-se a metodologia empregada no desenvolvimento do estudo, os resultados são apresentados e analisados. E ainda apresentam-se as considerações finais, seguidas das referências.

## 2 O surgimento de políticas públicas de microcrédito no Brasil

Com a Lei 11.110, de 25 de Abril de 2005, surgiu o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), que conforme Alves e Soares (2006), é concedido para as necessidades financeiras de

peessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte. Sua metodologia é baseada no relacionamento com os empreendedores no ambiente da execução da atividade, onde são considerados: a) atendimento ao empreendedor por pessoal treinado, capaz de fazer o levantamento socioeconômico e orientar o planejamento do negócio, para as necessidades desse crédito, a fim de desenvolver o empreendimento; b) o contato com o empreendedor é mantido durante a validade do contrato, da forma que realize-se acompanhamento e orientação; e c) valor e condições do crédito definidos após as avaliações da atividade e também da capacidade do empreendedor.

Microcrédito Produtivo Orientado: modalidade de financiamento que oferece crédito de pequeno valor a pessoas físicas e jurídicas, formais e informais, empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, na forma individual ou associativa, com a finalidade de atender suas necessidades financeiras, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores do local onde é executada a atividade econômica, na forma definida na Lei Federal nº 11.110, de 24 de abril de 2005 (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

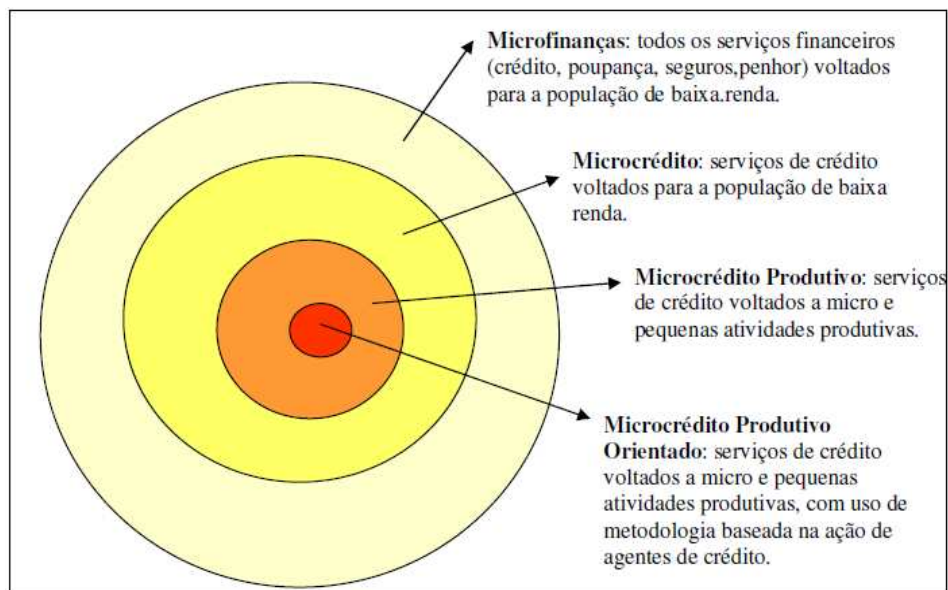
Manzoni Neto (1996) afirma que nessa forma de concessão de crédito, existe um relacionamento capacitado entre a instituição credora e o empreendedor, através do agente de crédito. Este agente de crédito deve ser alguém treinado a fim de prestar orientação educativa no planejamento do negócio, para a definição da necessidade do microcrédito.

Vale destacar que além da Lei 11.110, houveram outras ações do governo em relação ao microcrédito no país, o pioneiro do microcrédito no Brasil foi o BNDES, com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular no ano de 1996, que visava o financiamento das instituições de microcrédito do país, e em seguida o Banco do Nordeste do Brasil, com o Programa Crediamigo, criado em 1997, no qual, segundo Silva (2007) é considerado o maior programa de microcrédito do país, abrangendo o nordeste e estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal. Apenas dez anos após sua criação já contava com 235 mil clientes ativos. A partir daí restou para o governo criar medidas regulamentárias para o apoio e a concessão do microcrédito, dentre elas, destaca-se então a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, no qual desencadeou políticas estaduais.

Santos e Gois (2011) afirmam que a criação do Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO), em 2005, pode ser considerado um avanço importante no microcrédito no Brasil. O PNMPO foi instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como fim a geração de trabalho e por consequência renda entre os microempreendedores, sejam formais ou informais, aumentando o acesso ao crédito.

O microcrédito produtivo orientado, com papel relevante no esforço da atual política governamental e da sociedade de promover de forma substantiva a melhoria da qualidade de vida das populações de menor renda e em situação de vulnerabilidade social, econômica e financeira, bem como o combate à pobreza extrema e o resgate da dignidade do cidadão pela sua inserção nos projetos de desenvolvimento do Estado. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

A seguir pode-se observar na Figura 1, os conceitos dos termos microfinanças, microcrédito, microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado.



**Figura 1 - Conceito de microfinanças, microcrédito, microcrédito produtivo, microcrédito produtivo orientado.**

Fonte: Alves e Soares, 2006 apud. Silva 2007 p. 21.

Conforme já comentado, e como se pode visualizar na Figura 1, conceitua-se microfinanças como aqueles serviços financeiros voltados para a população de baixa renda, o que inclui também as MPEs, afunilando está o microcrédito, na qual o conceito inclui, então, algo mais específico, pois é apenas a concessão de crédito para a população de baixa renda e para as MPEs. A partir daí, o microcrédito se divide em dois, microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado, os quais se distinguem apenas por uma particularidade do microcrédito produtivo orientado, que é a metodologia adotada, ou seja, o relacionamento com o empreendedor.

Em Julho de 2011 o governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu o Programa Gaúcho de Microcrédito, conforme o Decreto nº 48.164 de 15/07/2011, a fim de dispor de crédito para as atividades produtivas de pequeno porte, as quais possuem dificuldades diante do sistema financeiro tradicional. Também em dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 13.839 de 05/12/2011 que entre outros programas, instituiu o Programa Gaúcho de Microcrédito. Em âmbito municipal, em 08 de Fevereiro de 2013, a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões publicou a Lei nº 4.429, na qual firmava o convênio entre o poder executivo municipal e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no âmbito do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Segundo Rohr (2014) o Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) disponibilizou mais de R\$ 315 milhões, em 52.600 operações no estado do Rio Grande do Sul, disponível em 423 municípios, também ressalta que em média o valor tomado a partir do microcrédito é de R\$ 5.600,00 à R\$ 5.800,00, e possui uma taxa de inadimplência de 0,51%.

Atendendo-se a um dos objetivos específicos deste trabalho, são apresentados os objetivos estratégicos do PGM:

- Art. 6º Além de ampliar o acesso ao microcrédito junto ao sistema financeiro convencional, o Programa Gaúcho de Microcrédito tem como objetivos estratégicos:
- I – disponibilizar recursos e agilizar o processo de concessão de microcrédito no Estado;
  - II - proporcionar maior proximidade dos operadores do microcrédito com os micro e pequenos empreendimentos da área urbana e rural dos Municípios e Regiões do Estado;

- III – atender aos beneficiários do Programa, buscando a identificação das necessidades de serviços financeiros e bancários;
- IV – incentivar a geração de emprego e renda entre os beneficiários do Programa com a criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de micro e pequenos negócios, formais e informais, por meio de empréstimo de dinheiro;
- V – elevar a qualidade de vida dos beneficiários do Programa pelo aumento da renda familiar, que proporcione sustento às famílias dos empreendedores, em particular, às famílias de baixa renda;
- VI – oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito, com vista ao fortalecimento institucional destas, para expandir de forma quantitativa e qualitativa a prestação de serviços aos beneficiários do Programa;
- VII – promover a capacitação e a qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes garanta maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;
- VIII – financiar a construção, reforma, modernização, aquisição de máquinas e equipamentos e a produção de bens e serviços aos beneficiários do Programa;
- IX – incentivar sistemas associativos de produção sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de micro e pequenos negócios;
- X – financiar o escoamento da produção e possibilitar o acesso dos micro e pequenos empreendedores ao sistema de comercialização;
- XI – financiar a participação de micro e pequenos negócios, formais e informais, em feiras e exposições, onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades;
- XII – apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de microcrédito; e,
- XIII – contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentável, por meio do fortalecimento dos empreendimentos econômicos das camadas populares do setor rural e urbano. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

Conforme o Banco do Estado do Rio Grande do Sul [2013a], o crédito concedido pelo PGM é evolutivo, ou seja, a cada nova operação o capital disponível ao tomador aumenta, até chegar ao limite que é de R\$ 15.000,00. E ainda destaca que os financiáveis são:

- a) Capital de giro: compra de mercadorias e/ou matéria-prima e insumos para a produção. Nessa modalidade o crédito varia entre R\$ 100,00 e R\$ 10.000,00;
- b) Investimentos fixos: investimentos voltados ao negócio, por exemplo, compra ou conserto de máquinas e equipamentos, vale ressaltar que é necessário orçamento dos itens a serem financiados, a fim de aprovação do crédito. Nessa modalidade o crédito varia entre R\$ 100,00 e R\$ 15.000,00;
- c) Misto: capital de giro e investimento fixo. Nessa modalidade o crédito varia entre R\$ 100,00 e R\$ 15.000,00.

Os tomadores do microcrédito gaúcho utilizam consideravelmente seu capital com a finalidade de capital de giro (cerca de 72%), ou como abordado anteriormente para a compra de mercadorias e/ou matéria-prima e insumos para a produção (PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO, 2014). O crédito concedido pelo programa é evolutivo, ou seja, aumenta conforme a operação, assim, é possível solicitar na primeira operação de crédito o valor de até R\$4.000,00, na segunda até R\$6.500,00, na terceira até R\$10.000,00, e a partir da quarta operação é possível solicitar até R\$15.000,00.

O Estado do Rio Grande do Sul (2014) apresenta dados referentes ao fechamento do balancete do Programa Gaúcho de Microcrédito em 31 de maio de 2014, onde se obteve o valor total concedido, que alcançou R\$ 362.998.281,83. Já em 30 de setembro de 2014 o valor atingiu R\$ 463.881.272,70.

**Tabela 1- Relatório de capital alocado pelo Programa Gaúcho de Microcrédito por regiões do estado gaúcho.**

| Ordem | Região                       | Crédito (R\$) | Contratos | Ordem | Região                     | Crédito (R\$) | Contratos |
|-------|------------------------------|---------------|-----------|-------|----------------------------|---------------|-----------|
| 1     | Serra Gaúcha                 | 63.727.109,75 | 10.037    | 15    | Fronteira Oeste            | 11.254.276,46 | 2.402     |
| 2     | Metropolitana/Delta do Jacuí | 48.222.088,15 | 10.317    | 16    | Missões                    | 10.797.051,06 | 1.904     |
| 3     | Sul                          | 45.892.426,68 | 7.395     | 17    | Campos de Cima da Serra    | 10.341.845,25 | 1.768     |
| 4     | Vale do Rio dos Sinos        | 37.954.610,80 | 7.636     | 18    | Vale do Taquari            | 9.988.967,33  | 1.704     |
| 5     | Norte                        | 30.968.627,41 | 3.925     | 19    | Nordeste                   | 9.014.796,14  | 1.357     |
| 6     | Médio Alto Uruguai           | 27.013.716,67 | 4.714     | 20    | Alto da Serra do Botucaraí | 8.048.227,32  | 1.034     |
| 7     | Fronteira Noroeste           | 20.173.848,99 | 2.885     | 21    | Campanha                   | 7.824.079,31  | 1.408     |
| 8     | Centro-Sul                   | 17.549.815,32 | 4.428     | 22    | Hortênsias                 | 7.684.053,36  | 1.211     |
| 9     | Litoral                      | 14.972.559,93 | 3.221     | 23    | Paranhana Encosta da Serra | 5.920.545,82  | 1.162     |
| 10    | Rio da Várzea                | 14.214.396,02 | 2.541     | 24    | Alto Jacuí                 | 3.580.852,13  | 600       |
| 11    | Vale do Rio Pardo            | 13.043.471,27 | 2.887     | 25    | Noroeste Colonial          | 2.482.268,55  | 450       |
| 12    | Celeiro                      | 12.978.964,04 | 1.951     | 26    | Vale do Jaguari            | 2.422.834,55  | 518       |
| 13    | Central                      | 12.898.265,45 | 2.264     | 27    | Vale do Caí                | 2.331.404,23  | 397       |
| 14    | Produção                     | 11.409.306,07 | 1.779     | 28    | Jacuí-Centro               | 1.154.056,57  | 207       |

Fonte: Estado do Rio Grande do Sul (2014); Programa Gaúcho de Microcrédito (2014). Adaptado pelos autores.

Vale ressaltar que a região que mais obteve recursos a partir do PGM, foi a região da Serra Gaúcha, com R\$ 63.727.109,75 distribuídos em 10.037 contratos. Já a região do Rio da Várzea na qual a cidade de Palmeira das Missões está inserida distribuiu R\$ 14.214.396,02 em seus 2.541 contratos firmados. Já a cidade de Palmeira das Missões é relevante em relação ao Corede (35%), pois distribuiu R\$ 2.839.890,75 em seus 889 contratos, até outubro de 2014.

Conforme o Estado do Rio Grande do Sul (2011) entende-se por:

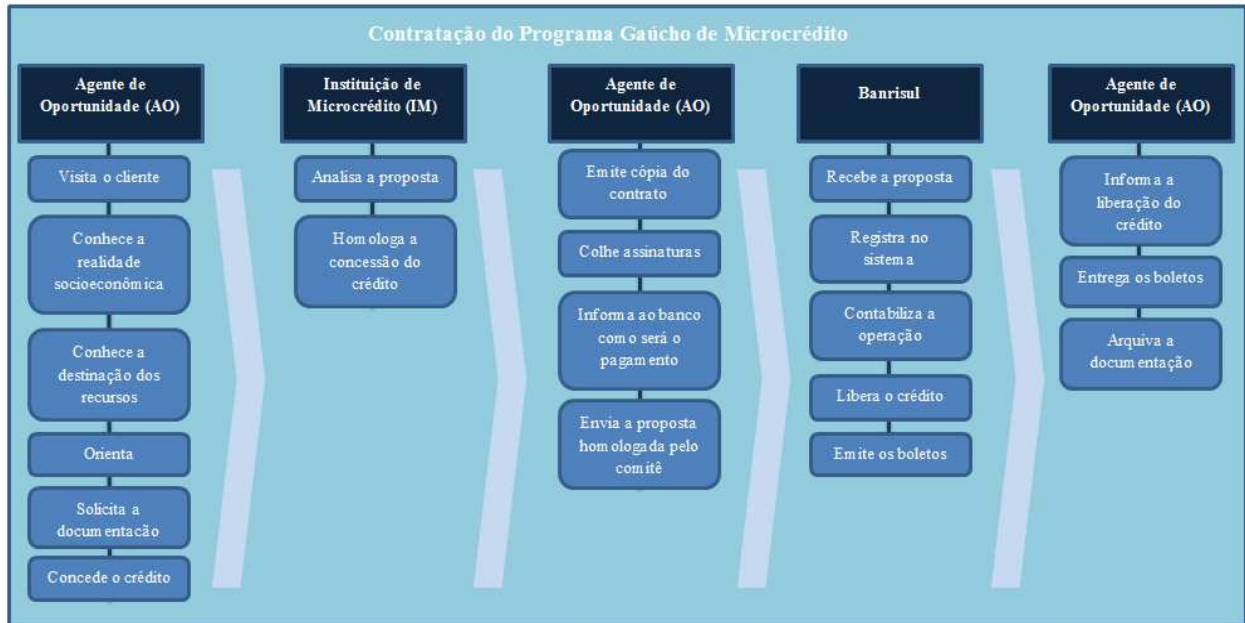
a) Agente de oportunidade: pessoa responsável pela seleção, concessão do crédito, acompanhamento e fiscalização do beneficiário do PGM;

b) Agente de Intermediação: responsável pela intermediação financeira, é quem capta os recursos junto as fontes e repassa para os financiamentos de microcrédito;

c) Instituição de Microcrédito (IM): são instituições habilitadas para operar com o microcrédito produtivo orientado.

É válido ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul (2011) implementa que as Instituições de Microcrédito credenciadas recebem um percentual a cada operação contratada, também sobre a taxa de juros remuneratórios que incide a cada parcela efetivamente paga.

Segundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul [2013b], entre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), nas quais atuam como Instituição de Microcrédito (IM), destacam-se as unidades do Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) e da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (Crehnor) presentes no interior do estado.



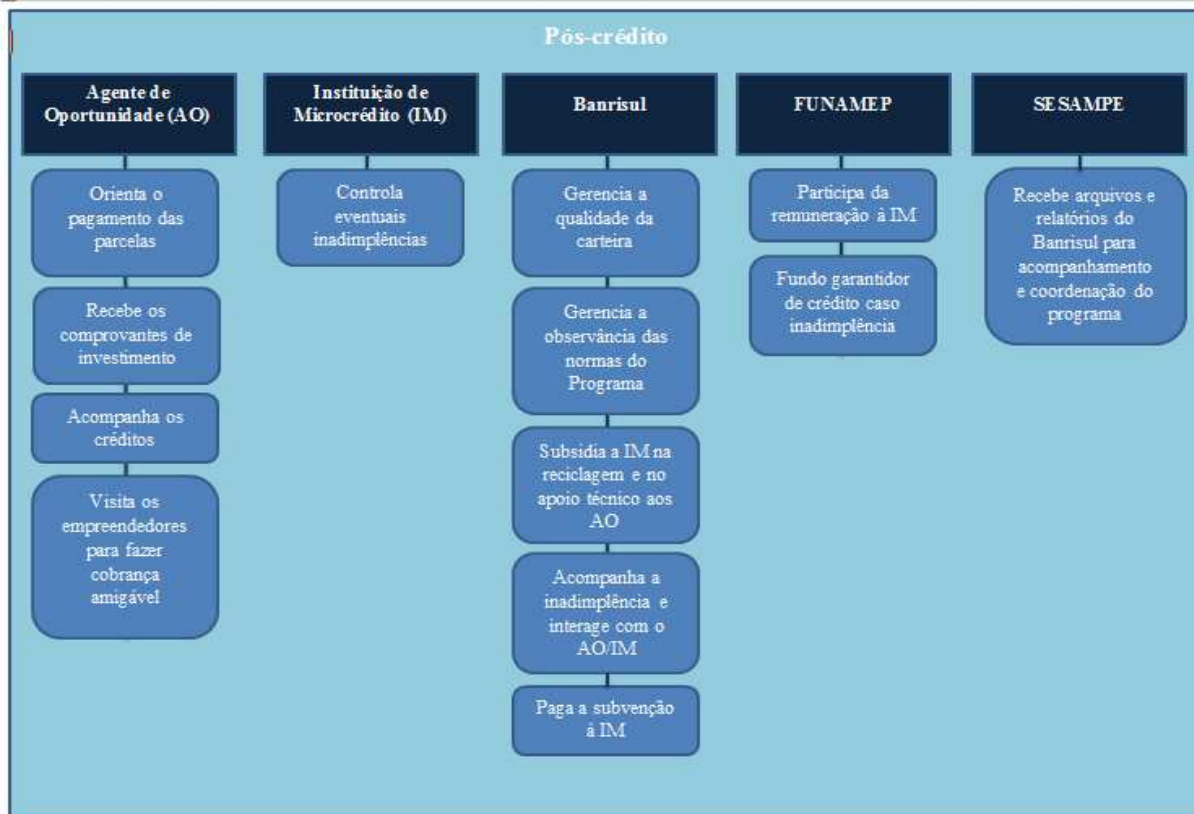
**Figura 2 - Contratação do Programa Gaúcho de Microcrédito.**

Fonte: Steffen (2013). Adaptado pelos autores.

Conforme a Figura 2, que apresenta as etapas da contratação do microcrédito, inicialmente o Agente de Oportunidade se relaciona com o potencial beneficiário. Esse Agente é treinado e capacitado pelo Banrisul ou pelo Programa Gaúcho de Microcrédito e existem, ainda, convênios com algumas Prefeituras Municipais, as quais cedem um funcionário, geralmente dentro da Secretaria de Indústria e Comércio, para atuar como Agente de Oportunidade. No mais, é responsabilidade da Instituição de Microcrédito, exclusivamente, a análise das propostas, já o Banrisul, subsidia o Programa.

Voltando-se ao contexto do estudo, mais especificamente ao município de Palmeira das Missões, existem instituições que oferecem o microcrédito aos empreendedores, mas em nível de Prefeitura Municipal e de Governo Estadual do Rio Grande do Sul, a partir do Programa Gaúcho de Microcrédito, é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) quem concede o microcrédito. Para obter os recursos, os empreendedores se deslocam até a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões em busca de aporte financeiro e são atendidos pelos Agentes de Oportunidade. Uma vez formalizado o cadastro, os documentos são encaminhados a uma Instituição de Microcrédito (IM), que nesse caso é a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda. (Crehnor). Este processo obedece aos trâmites ilustrados na Figura 3.

Também, destaca-se que a partir do Programa Gaúcho de Microcrédito (2014), a cidade de Palmeira das Missões já realizou 889 operações do programa, totalizando R\$ 2.839.890,75 em crédito concebido pelo Programa Gaúcho de Microcrédito entre os anos de 2011 e 2014.



**Figura 3 - Atividades pós-crédito.**

Fonte: Steffen (2013). Adaptado pelos autores.

Como se pode conferir na Figura 3, a FUNAMEP (Fundo de Apoio à Microempresa, Micro Produtor Rural e à Empresa de Pequeno Porte), remunera a Instituição de microcrédito sobre as operações adimplentes, onde, o 1% de TAC (taxa de abertura de crédito) é repassado à IM, mais uma remuneração federal que varia de R\$22,00 a R\$230,00, dependendo do valor e do prazo do crédito, e o Estado, através do programa, complementa essa remuneração. O FUNAMEP também oferece o fundo garantidor de crédito, ou seja, 70% do valor da inadimplência o fundo ressarcir ao Banrisul, e os 30% restantes são de responsabilidade do Banrisul e da IM que concedeu o crédito. Já a SESAMPE (Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa), recebe os arquivos e relatórios do Banrisul, para fim de acompanhamento e coordenação do programa.

### 3 Método do estudo

O presente estudo caracteriza-se essencialmente como uma pesquisa qualitativa, que conforme Marconi e Lakatos (2011 p. 269) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”. Michel (2009) complementa que na pesquisa qualitativa os dados não se comprovam pela estatística, mas sim na experimentação empírica, ou seja, as análises são feitas de forma abrangente e detalhada, também consistente e coerente. Na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta. Também é considerada como uma pesquisa quantitativa, na qual foi usada para caracterizar os tomadores de Microcrédito, a qual precisou ser quantificada e posteriormente analisada.



Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Este tipo de estudo, segundo Michel (2009), busca o levantamento bibliográfico sobre determinado tema, com o objetivo de levantar informações, implica em leituras sobre o assunto, proporciona mais familiaridade com o tema a ser pesquisado. O levantamento bibliográfico é a essência do estudo exploratório.

A coleta de dados foi feita análise documental a fim de levantar quem são os tomadores do microcrédito no município de Palmeira das Missões. Segundo Bardin (2009) a análise documental é conhecida como o levantamento do conteúdo de um documento em forma diferente à original, transforma-se um documento primário ou bruto em um documento secundário ou representativo.

Em seguida aplicou-se uma entrevista semiestruturada para a amostra, ou seja, amostra dos empreendedores tomadores de MPO no ano de 2013, assim, foram entrevistados dez tomadores do microcrédito, todos eram proprietários do empreendimento, dentre os quais foram selecionados pela conveniência, e a entrevista ocorreu na própria empresa de forma pessoal, também foram entrevistados os agentes de oportunidades e o responsável na instituição financeira cadastrada. Conforme Marconi e Lakatos (2009), entrevistas é um procedimento utilizado na investigação social, para coletar dados ou no tratamento de um problema social, onde duas pessoas se encontram, para que uma delas adquira informações sobre um determinado assunto.

A análise de dados se baseou na análise de conteúdo, que se refere, segundo Bardin (2009) como um método com seu conjunto de técnicas que analisam comunicações, a partir de meios sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens. As categorias de análise foram definidas de acordo com as possibilidades de recursos que o PGM disponibiliza: capital de giro, investimentos e misto.

#### 4 Resultados e Discussões

A partir dos dados cedidos pelo agente de oportunidade, na pesquisa realizada, pode-se verificar que em sua maioria, os empreendedores que tomaram o microcrédito são homens (58%) e mulheres apenas 42%. Comparando-se com os dados a nível federal (Tabela 2), ou seja, do PNMPO, há uma discrepância, pois como pode-se verificar, os clientes do programa em sua maioria foram mulheres (62,21%).

**Tabela 1 - Clientes do PNMPO por gênero (dados nacionais).**

| Gênero       | Clientes Ativos em 30/06/2014 |                |
|--------------|-------------------------------|----------------|
| Mulher       | 2.180.391                     | 62,21%         |
| Homem        | 1.324.737                     | 37,79%         |
| <b>TOTAL</b> | <b>3.505.128</b>              | <b>100,00%</b> |

Fonte: Brasil (2014), adaptado pelos autores.

Já, em relação aos empreendedores iniciais – compreendem-se empreendedores iniciais como nascentes e novos, que remuneraram por menos de 42 meses, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2014) apresenta os dados de gênero dos empreendedores, onde se destacam as mulheres, novamente, com a participação no país de 52,2% e na região sul isso se eleva, chegando a 56,8%, como se visualiza na Tabela 3.

**Tabela 2 - Gênero dos empreendedores iniciais.**

| Gênero                        | Brasil | Regiões Brasileiras |          |              |         |      |
|-------------------------------|--------|---------------------|----------|--------------|---------|------|
|                               |        | Norte               | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul  |
| % dos empreendedores iniciais |        |                     |          |              |         |      |
| Masculino                     | 47,8   | 43,4                | 50,9     | 43,5         | 48,8    | 43,2 |
| Feminino                      | 52,2   | 56,6                | 49,1     | 56,5         | 51,2    | 56,8 |

Fonte: GEM (2014).

Analisando os mesmos dados, mas em relação ao empreendedores estabelecidos – aqueles que já remuneraram por mais de 42 meses (3,5 anos) – onde os indicadores se comportam de maneira contrária, ou seja, a fatia estabelecida pelos homens é maior do que as mulheres, no país representam 57,8% já na região sul é de 58,8%, essa diferença entre os empreendedores iniciais e os empreendedores estabelecidos pode ser justificado pelos incentivos ao empreendedorismo feminino nos últimos anos, e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

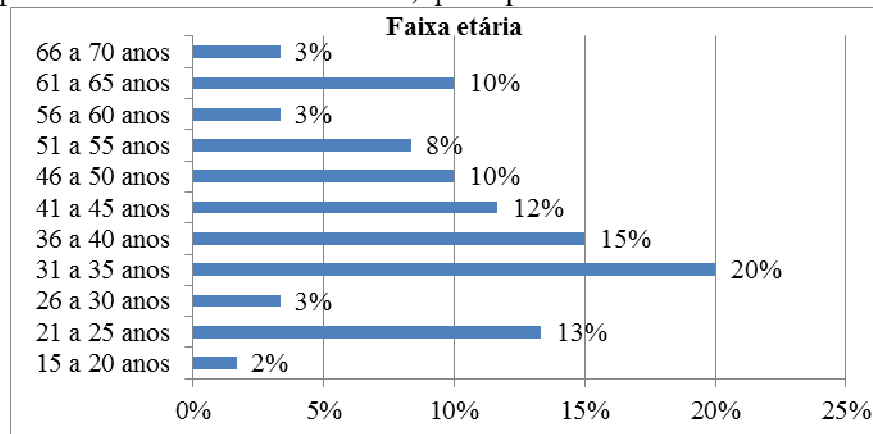
Os dados, a respeito do PGM na cidade de Palmeira das Missões são semelhantes ao dos empreendedores estabelecidos no país, de acordo com a tabela 4, na qual se apresenta a comparação do gênero dos empreendedores estabelecidos.

**Tabela 3 - Gênero dos empreendedores estabelecidos.**

| Gênero                             | Brasil | Regiões Brasileiras |          |              |         |      |
|------------------------------------|--------|---------------------|----------|--------------|---------|------|
|                                    |        | Norte               | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul  |
| % dos empreendedores estabelecidos |        |                     |          |              |         |      |
| Masculino                          | 57,8   | 55,9                | 56,8     | 56,0         | 58,8    | 58,8 |
| Feminino                           | 42,2   | 44,1                | 43,2     | 44,0         | 41,2    | 41,2 |

Fonte: GEM (2014).

Quanto as faixas etárias dos tomadores de microcrédito em Palmeira das Missões, destacam-se empreendedores entre 31 e 40 anos, que representam 35% dos tomadores.



**Figura 4 - Faixa etária empreendedores.**

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da Prefeitura Municipal.

Em comparação com os dados do GEM (tabela 5), empreendedores iniciais com idade de 25 a 34 anos são a maioria (33,1%) seguido por empreendedores de 35 a 44 anos (25,8%), ou seja, as duas faixas representam 58,9% dos empreendedores iniciais, comparando com os

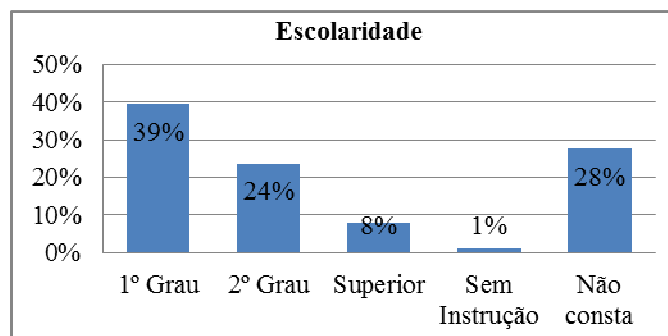
dados do município de Palmeira das Missões essas faixas representam 50% dos tomadores do PGM.

**Tabela 4 - Faixa etária dos empreendedores iniciais.**

| Faixa etária                  | Brasil | Regiões Brasileiras |          |              |         |      |
|-------------------------------|--------|---------------------|----------|--------------|---------|------|
|                               |        | Norte               | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul  |
| % dos empreendedores iniciais |        |                     |          |              |         |      |
| 18-24 anos                    | 17,1   | 16,3                | 18,7     | 19,7         | 16,3    | 16,3 |
| 25-34 anos                    | 33,1   | 32,2                | 33,4     | 34,3         | 33,6    | 30,2 |
| 35-44 anos                    | 25,8   | 26,4                | 24,1     | 22,1         | 26,9    | 26,2 |
| 45-54 anos                    | 17,1   | 17,5                | 18,0     | 16,3         | 15,8    | 20,9 |
| 55-64 anos                    | 7,0    | 7,7                 | 5,7      | 7,6          | 7,4     | 6,4  |

Fonte: GEM (2014).

No que concerne à escolaridade dos tomadores (figura 5), se observa que o estrato de maior frequência relativa é aquele ao qual pertencem os empreendedores que possuem apenas o primeiro grau (39%), seguido por segundo grau (24%), e destaca-se que com ensino superior são apenas 8% dos empreendedores.



**Figura 5 - Escolaridade dos empreendedores.**

Fonte: elaborado pelos autores.

Verificando os dados a nível nacional, em relação aos empreendedores iniciais, agrupando os dados, tem-se primeiro grau (38%), segundo grau (45,8%), e pós-graduação (1,7%), já os que não possuem educação formal são 2,2%.

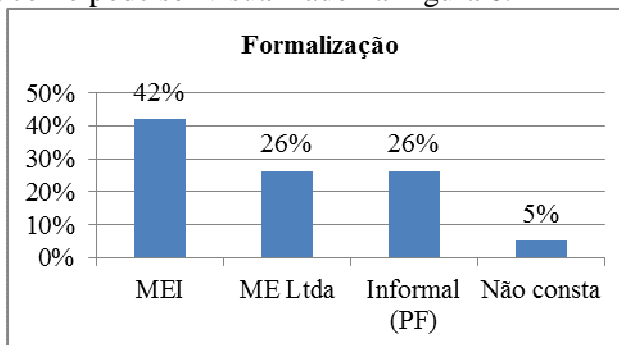
Há uma discrepância entre os dados, pois segundo os dados do GEM (Tabela 6) a escolaridade que se destaca é segundo grau (45,8%) dos empreendedores, no caso dos tomadores do PGM em Palmeira das Missões ocorre em maior número, pessoas com apenas o primeiro grau (39%). Tais evidências, como a maioria dos empreendedores são do gênero masculino, com baixa escolaridade e idade superior a 30 anos, sugerem que esses tenham restrições as mudanças, pouca motivação à inovação, e resistência a programas de assessorias ou algo que possa interferir no empreendimento. Acredita-se que essas resistências sejam motivadas, especialmente, pela não propensão a “abrir” os dados financeiros do empreendimento, o que parece ser uma prática recorrente no universo organizacional.

**Tabela 5 - Empreendedores iniciais segundo seus níveis de escolaridade - 2013.**

| Escolaridade  | Brasil | Sul    |
|---------------|--------|--------|
| Sem instrução | 2,20%  | 2,70%  |
| 1º grau       | 38,00% | 46,60% |
| 2º grau       | 45,80% | 35,20% |
| Superior      | 12,30% | 12,20% |
| Pós-graduação | 1,70%  | 3,20%  |

Fonte: GEM (2014), adaptado pelos autores.

Apesar do PGM não exigir que os empreendimentos sejam formalizados, havendo a possibilidade de que um empreendedor como pessoa física consiga acessar recursos do Programa, tanto o Agente de Oportunidade, quanto o Representante da Instituição afirmam que orientam ao empreendedor que se formalize, pela facilidade ao crédito e aos benefícios que a formalização traz ao empreendimento. Neste sentido, cerca de 68% dos empreendimentos tomadores do microcrédito são formalizados, tanto como micro empreendedor individual (MEI), quanto microempresa de sociedade limitada (ME Ltda.), já os informais somam 26%, como pode ser visualizado na Figura 6.



**Figura 6 - Formalização do empreendimento.**

Fonte: Elaborada pelos autores.

Fazendo uma comparação com os dados do PNMPO (tabela 7), observa-se que os empreendedores com negócios formais representam apenas 6,62% e os informais representam 93,38%. Estes dados sugerem que o PNMPO é mais voltado aos empreendedores informais.

**Tabela 6 - Clientes do PNMPO por situação jurídica.**

| Situação Jurídica | Clientes Ativos em 30/06/2014 |                | Clientes Atendidos no 2º Trimestre de 2014 |                | Valor Concedido (em R\$) |                |
|-------------------|-------------------------------|----------------|--|----------------|--------------------------|----------------|
|                   | Quantidade                    | Porcentagem    | Quantidade                                 | Porcentagem    | Valor                    | Porcentagem    |
| Formais           | 223.650                       | 6,38%          | 53.234                                     | 3,71%          | 192.212.272,82           | 6,62%          |
| Informais         | 3.281.478                     | 93,62%         | 1.379.730                                  | 96,29%         | 2.710.071.218,13         | 93,38%         |
| <b>TOTAL</b>      | <b>3.505.128</b>              | <b>100,00%</b> | <b>1.432.964</b>                           | <b>100,00%</b> | <b>2.902.283.490,95</b>  | <b>100,00%</b> |

Fonte: Brasil (2014).

A diferença entre os dados do município pesquisado e os dados nacionais é expressiva. Uma das possibilidades de explicação para essa diferença é o fato de que no município pesquisado o Agente orienta os candidatos ao microcrédito a formalizarem seus negócios. Neste sentido, é importante ressaltar o papel do Agente desde o início do processo, pois, se os candidatos recebem orientação adequada, não só os trâmites serão facilitados, como os beneficiários poderão acessar recursos e usufruir uma ampla gama de benefícios, que a formalização proporciona.

#### 4.1 Destinações dos recursos obtidos e objetivos pelos quais foram levantados – resultados das entrevistas

Nesta seção pretendeu-se discutir os objetivos que levaram os tomadores de recursos a procurar o agente de oportunidades, ou seja, porque buscaram este crédito e investigar se os valores obtidos foram aplicados de forma adequada. Desta forma, pretende-se investigar se a aplicação dos valores alocados pelo PGM, no município pesquisado, e se é feita de acordo com as premissas do programa. Os entrevistados declararam que a taxa de juros que o PGM oferece é mais baixa do que a existente nas outras instituições. Neste sentido, o representante da Instituição de Microcrédito disse que: “[...] por exemplo, hoje se você tomar um crédito pessoal, tu não vai conseguir por menos de 3% a.m. e esse é 5% a.a. [...] com certeza não existe nem um outro que tenha esse juro”.

A partir desta constatação se optou por montar uma tabela comparativa das taxas de juros e do juro no qual o empreendedor é exposto, com o objetivo de comparar e simular os desembolsos com juros e para amortização do crédito.

**Tabela 7- Comparação das taxas de crédito, parcelas e total de juros.**

| Natureza do crédito | Taxa (a.m.) | R\$          | TAC 1%   | Prazo (meses) | Parcela    | Total dos juros |
|---------------------|-------------|--------------|----------|---------------|------------|-----------------|
| Microcrédito        | 0,41%       | R\$ 6.000,00 | R\$ 6,00 | 24            | R\$ 263,01 | R\$ 318,24      |
| Crédito pessoal     | 3,00%       | R\$ 6.000,00 | R\$ 6,00 | 24            | R\$ 354,28 | R\$ 2.508,72    |

Fonte: elaborada pelos autores.

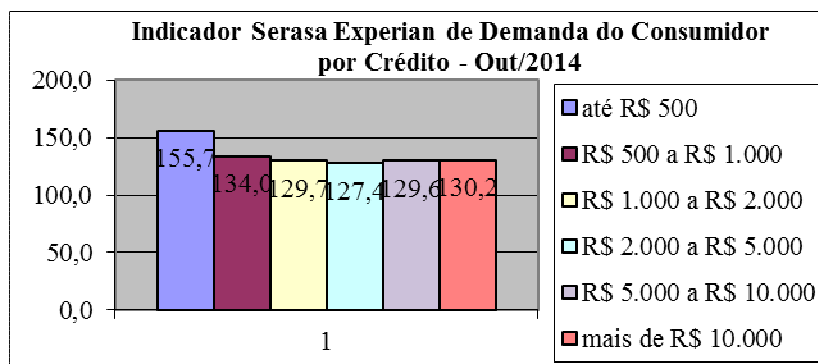
Apesar de não ser explícito pelo PGM, as taxas de remuneração do capital alocado neste tipo de programa são menores que aquelas das linhas de crédito convencional. Para ter uma ideia do que isto representa, no PGM o beneficiário paga, em média, 0,41% ao mês, enquanto as taxas de mercado, para crédito pessoal são de, em média, 3% ao mês.

Os entrevistados de maneira geral declararam que os recursos estavam sendo alocados para finalidades às quais foram acessados. Mas, segundo o Agente de Oportunidade na maioria dos casos é especificamente para a empresa. Entretanto, conforme este entrevistado, quando se conversa com os tomadores do crédito, dá para perceber se a pessoa vai, ou não, investir todo o dinheiro na empresa, e que são poucos os casos em que o dinheiro tem outra destinação. No levantamento feito com os entrevistados, percebeu-se que o capital cedido pelo microcrédito é aplicado nas finalidades declaradas na solicitação do crédito.

Conforme o representante da Instituição de Microcrédito, é necessário uma prestação de contas, “Ele teria que apresentar notas e uma foto, essa seria a inicial, e posteriormente o Banrisul manda auditoria”, auditoria na qual se visitam aleatoriamente alguns tomadores, para verificar se o capital cedido realmente foi investido de maneira adequada. Vale ressaltar que o uso correto dos recursos do microcrédito gera externalidades positivas, por exemplo, se foi solicitado para a finalidade de investimento, o empreendedor compra uma máquina para sua empresa, a sua produção irá aumentar, aumentando do giro nos produtos, maior consumo, maior receita ao empreendimento, ou então quando se solicita para capital de giro, pode-se investir para repor o estoque e o conceder crédito para os clientes.

Conforme dados do Serasa Experian, a demanda conforme a renda vem aumentando, no mês de Outubro de 2014, verifica-se que o indicador ultrapassa 127, mas destaca-se o comportamento dos indicadores, onde, quem demanda mais de crédito são as pessoas com rendimento de até R\$ 500,00, e quem menos demanda tem o rendimento entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00, já as pessoas com rendimento de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 a R\$

10.000,00 possuem uma demanda semelhante, o que significa que a demanda de crédito não se restringe apenas a pessoas com baixa renda, como pode-se verificar na Figura 7.



**Figura 7 - Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito - Outubro de 2014.**

Fonte: SERASA EXPERIAN (2014). Adaptado pelos autores.

Destarte, sugere-se que os tomadores de microcrédito e também os candidatos, não se limitem apenas na busca por recursos, mas sim, na busca de conhecimento, para que de alguma forma melhore a gestão do empreendimento, e que os recursos cedidos pelo microcrédito sejam eficazes e que gerem retornos ao empreendedor.

#### 4.2 Orientação e acompanhamento aos tomadores de crédito do PGM

Conforme Taborda (2014, p.6), o Senhor Carlos Luiz Rohr, titular da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE, declara que o microcrédito é uma modalidade de financiamento produtivo em que o tomador do empréstimo recebe dinheiro e assessoria técnica. Assim, foi levantado junto aos entrevistados, se houve orientação, assessoria ou visitas aos empreendimentos depois da concessão dos recursos, os quais declararam que esse acompanhamento não ocorreu.

Conforme o Agente de Oportunidade, há um acompanhamento ao empreendedor por meio do sistema, com o qual se monitora se o pagamento do crédito está ocorrendo. Para acompanhar outros fatores teria que visitar a empresa. Mas isso ocorre quando há o interesse de se renovar o crédito, então o Agente de Oportunidade precisa fazer um levantamento de indícios que tiveram retorno quanto ao primeiro crédito. Confere-se o pagamento das parcelas, fazendo-se fotos do empreendimento para comprovar os efeitos do microcrédito.

Estas evidências sugerem que haja contradição entre o que é publicado oficialmente em termos de programa, sobre a assessoria técnica, e o que efetivamente o tomador de crédito recebe por parte do programa, pois os entrevistados declararam não haver um acompanhamento formal e sistemático por parte dos Agentes. Estes, por sua vez afirmaram que são exigidas comprovações da aplicação dos recursos e eventuais melhorias provocadas, somente quando o candidato fosse renovar o crédito ou quando houvesse auditoria.

Ainda no que tange aos objetivos do PGM, o objetivo de proporcionar maior proximidade dos empreendedores aos operadores do microcrédito, parece que não ocorre, pois não acontecem visitas aos empreendimentos. É possível que os empreendedores não se sintam à vontade para falar sobre seus negócios ao Agente.

Quanto à identificação das necessidades financeiras, são feitas de forma que o empreendedor descreve sua situação e qual o interesse a partir do microcrédito. Após, o Agente “encaixa” em uma das linhas que o microcrédito financia, tais como, investimento

fixo, capital de giro e misto. Já no que se refere à capacitação e qualificação profissional dos empreendedores, não se verificou nenhuma ação voltada a esse objetivo, o qual poderia resultar em acesso à inovação tecnológica, eficiência produtiva e competitividade.

Também é objetivo do PGM financiar a construção, reforma, modernização, aquisição de máquinas e equipamentos. Em relação a este objetivo percebeu-se que, de maneira geral, ocorre, e que isso resulta na melhoria das condições do empreendimento e no aumento da produção de bens e serviços. Neste sentido, é oportuno considerar que se houver um acompanhamento efetivo aos beneficiários do PGM e forem divulgados adequadamente os resultados positivos da adequada aplicação dos recursos, tenderá a gerar efeitos multiplicadores, que beneficiarão a economia local.

Em face a essas constatações, sugere-se aos gestores do programa desenvolver mecanismos de relacionamentos que proporcionem uma melhor aproximação com os empreendedores, com a finalidade de orientar, tirar dúvidas, e sugerir cursos e treinamentos, para que os recursos sejam aplicados da forma mais eficiente, e para que os objetivos do programa sejam alcançados, já os formuladores de políticas públicas que analisem a realidade do programa e que insiram novos métodos de alcançar esses objetivos, pois parece que apenas a distribuição de capital não é suficiente.

### *Considerações finais*

O presente artigo buscou levantar como são aplicados os recursos obtidos pelo Microcrédito em Palmeira das Missões, os quais têm três possíveis destinações: investimento fixo, capital de giro e misto. Verificou-se, que os recursos eram destinados ao que havia sido declarado ao Agente de Oportunidade, porém, não se identificou orientações quanto ao uso dos recursos, quanto ao acompanhamento após a concessão dos recursos é feita apenas na forma de acompanhar o pagamento das parcelas do microcrédito.

Vale ressaltar que a falta de proximidade entre o tomador, o Agente de Oportunidade e a Instituição de Microcrédito, pode levar ao não cumprimento dos objetivos do programa, pois no momento que eles não são orientados e acompanhados, o uso dos recursos passa a ser menos eficiente, podendo não suprir suas necessidades. Apesar de ter levantado apenas 10 entrevistas com os tomadores mais antigos, os do ano de 2013, que foram encaminhados através do Agente de Oportunidade entrevistado, nos quais somavam 25 tomadores, onde alguns se recusaram a colaborar e outros foram considerados de difícil acesso, verificou-se que o número de tomadores era limitado para o ano pesquisado.

Verificou-se também que os tomadores não se sentiam a vontade em responder a entrevista e declarar no que haviam sido investidos os recursos, se ocorreu orientações e se eles consideravam importante esse acompanhamento. Em vista disso, sugere-se para estudos futuros, levantamento quanto à orientação e ao acompanhamento em diferentes cidades, com diferentes Agentes de Oportunidade e Instituições, para verificar se há discrepância, também, levantar os efeitos do microcrédito ao empreendimento.

### *Referências Bibliográficas*

- ALVES, S. D. S; SOARES, M. M. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. 3 ed. São Paulo: BCB. 2006.
- AZEVEDO, J. W. Microfinanças para Arranjo e Sistemas Produtivos de Micro e Pequenas Empresas. In: HELENA, M. M. L. et al (Org). **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília, SEBRAE: 2002. p. 325-354.

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Informações complementares:** Programa Gaúcho de Microcrédito. [S.l.], [2013a]. Disponível em: <[http://www.banrisul.com.br/bob/data/ProgramaGauchoMicrocredito\\_informacoes\\_complementares\\_txtvrsJunho2013.pdf?cache=11](http://www.banrisul.com.br/bob/data/ProgramaGauchoMicrocredito_informacoes_complementares_txtvrsJunho2013.pdf?cache=11)>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs.** [S.l.], [2013b]. 4 p. Disponível em:<[http://www.banrisul.com.br/bob/data/ProgramaGauchoMicrocredito\\_OSCIPs\\_txtvrsJunho2013.pdf?cache=11](http://www.banrisul.com.br/bob/data/ProgramaGauchoMicrocredito_OSCIPs_txtvrsJunho2013.pdf?cache=11)>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – 2º trimestre de 2014.** 2014. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081475961470148325D8C6835CF/RELAT%20C3%93RIO%20PNMPO%202%C2%BA%20TRIMESTRE%20DE%202014.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 48.164, de 15 de julho de 2011.** Institui o Programa Gaúcho de Microcrédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em:<[http://www.gabinetedosprefeitos.rs.gov.br/upload/1313433291\\_DEC%2048.164.pdf](http://www.gabinetedosprefeitos.rs.gov.br/upload/1313433291_DEC%2048.164.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Microcrédito já liberou mais de R\$ 362 milhões para pequenos negócios no RS.** Porto Alegre: Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE). 2014. Disponível em:<<http://www.rs.gov.br/conteudo/198653/microcredito-ja-liberou-mais-de-r-362-milhoes-para-pequenos-negocios-no-rs>>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo – 2013.** Disponível em: <<http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/26022014160005.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2014.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2011.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2009.
- MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO. **Gráficos estatísticos.** Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.microcreditors.com.br/index.php>>. Acesso em: 15 mai. 2014.
- ROHR, C. L. **[Entrevista disponibilizada em 16 de abril de 2014, a Internet].** 2014. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/lista/740/videos/video195264>>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- SANTOS, A; GOIS, F. F. **Microcrédito e desenvolvimento regional.** Fortaleza: Premius, 2011.
- SERASA EXPERIAN. **Indicadores Econômicos.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- SILVA, R. V. M. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- STEFFEN, R. F. **Programa gaúcho de microcrédito na política pública de fomento: estudo no Banrisul.** 2013. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2013.
- TABORDA, M. Microcrédito alcança R\$2,83 milhões em financiamentos. **Tribuna da Produção,** Palmeira das Missões, p. 6, 17 out. 2014.